

# QUE FUTURO PARA A DEMOCRACIA NA EUROPA?

POR

*Isabel Baltazar*<sup>1</sup>

*"Nada é irreversível e as condições democráticas humanistas devem regenerar-se permanentemente para não degenerarem. A democracia tem necessariamente de se recriar em permanência. Pensar a bárbarie é contribuir para a regeneração do humanismo. Logo, é resistir-lhe".*

Edgar Morin<sup>2</sup>

**Resumo:** Actualmente a União Europeia encontra-se numa encruzilhada, agravada pelas constantes crises e pela grande maioria dos europeus não se envolverem no projecto de construção europeia, ou, pelo contrário, serem eurocépticos ou mesmo contra. A reflexão sobre a democracia europeia deve ser a prioridade para pensar a participação do povo (demos) nessa Europa que é o regresso à sua própria génese. Por outro lado, para além da escassa participação dos cidadãos no processo de construção europeia, as próprias Instituições Europeias sofrem um défice democrático. Refira-se o caso do Parlamento Europeu, a instituição eleita pelos cidadãos mas que precisa de aprofundar a sua vocação democrática, já que os europeus não revelam interesse por participar plenamente e outros se sentem impotentes frente às Instituições. Consequentemente, a democracia europeia é constantemente questionada de forma a promover maior participação no espaço europeu. O défice democrático do Parlamento Europeu é, em parte devido à baixa visibilidade da instituição. A iniciativa de Cidadania Europeia, mais conhecida como o sigla ICE nasce com o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009, e pretendeu ser um passo importante no progresso da democracia na Europa. O futuro da Europa está numa verdadeira democracia na Europa.

**Palavras-chave:** Europa; Democracia; Cidadãos.

**Abstract:** At present the European Union is at a crossroads, aggravated by the constant crises and by the great majority of Europeans not getting involved in the European construction project or, on the contrary, being Eurosceptic or even against it. Reflection on European democracy must be the priority for thinking about the participation of the people (demos) in this Europe which is the return to its own genesis. On the other hand, in addition to the scarce participation of citizens in the process of European integration, the European institutions themselves suffer from a democratic deficit. This is the case of the European Parliament, the institution elected by citizens but which needs to deepen its democratic vocation, since Europeans show no interest in participating fully and others feel powerless in front of the institutions. Consequently, European

---

<sup>1</sup> Instituto de História Contemporânea (IHC), NOVA/FCSH, [ibaltazar@fcsih.unl.pt](mailto:ibaltazar@fcsih.unl.pt)

<sup>2</sup> Edgar Morin, *Cultura e Barbárie Europeias*, Lisboa, Piaget Editora, 2007, p. 75.

democracy is constantly being questioned in order to promote greater participation in the European area. The democratic deficit of the European Parliament is partly due to the low visibility of the institution. The European Citizenship initiative, better known as the ICE acronym, is born with the Treaty of Lisbon, which came into force in 2009 and was intended to be an important step in the progress of democracy in Europe. The future of Europe is a real democracy in Europe.

**Key-Words:** Europe; Democracy; Citizens.

## QUE EUROPA QUEREMOS?

É preciso pensar a Europa. É urgente saber que Europa queremos. É fundamental conhecer a génese da construção europeia e porque tudo começou há mais de sessenta anos. Tudo começou para salvaguardar a Paz. É esta paz que continua a ser o baluarte da Europa e o exemplo para o resto do mundo. No entanto, a Europa vive tempos sombrios, muito nebulados, com possibilidade de tropejar. Uma trovoadas já apareceu no horizonte com o Brexit. Este foi um duro golpe para a Europa, mas, também, para a Inglaterra de Winston Churchill, que foi precisamente o grande impulsionador do projecto europeu, no famoso discurso na Universidade de Zurique, proferido a 19 de Setembro de 1946, onde refere a necessidade de “recriar a Família Europeia”, através de um primeiro passo de entendimento entre França e a Alemanha, e de proporcionar uma sociedade em que se possa viver em “paz, segurança e liberdade”, e na qual “as nações grandes contribuiriam tanto como as pequenas”, numa “espécie de Estados Unidos da Europa”. É este discurso que será o ponto de partida para o contributo de Winston Churchill na construção europeia. Seria a partir desta última expressão usada que a causa europeia ganharia um novo alento, decisivo para o impulso europeu empreendido durante a segunda metade do século XX. Como veremos, Churchill viria a presidir ao Congresso Europeu, que teria lugar em Haia, em 1948. Apesar dos resultados do Congresso não serem proporcionais aos seus esforços, causando alguma decepção aos mais europeístas, por não conseguir estabelecer de imediato uma organização federal europeia, ali estariam as raízes do futuro Conselho da Europa e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Aqui estariam as origens de todas as instituições Democráticas, capazes de salvaguardar a Paz, a Liberdade e a Democracia entre os povos da Europa.

Como explicar, então, a resposta negativa dos cidadãos britânicos ao referendo sobre a sua permanência na União Europeia? Mais uma vez, é a História que nos vem recordar que “curiosamente, no seu discurso, Churchill parece nem sequer considerar a hipótese da participação da Inglaterra na empresa da unificação europeia. Para o grande estadista do Império Britânico, a Grã-Bretanha (...) não estava manifestamente vocacionada para se diluir numa amálgama europeia de pequenos e débeis Estados que só na união poderiam reencontrar a força” (CAMPOS, p. 45). Assim, Churchill fez um apelo veemente à unificação europeia, mas com a Inglaterra como madrinha do projecto, como as suas palavras fazem crer. O Brexit será, então, a confirmação desta vocação escondida?

No entanto, outras razões estão por detrás do Não dos ingleses, entre os quais, a falta de envolvimento dos cidadãos no projecto europeu, a falta de conhecimento das razões de ser do projecto europeu e, sobretudo, de mostrar aos Britânicos e a todos os Europeus, que a Europa não é um

mercado económico, a Europa é um projecto de União de todos para o bem comum, sobretudo para fazer face à globalização e aos desafios do século XXI.

## A HISTÓRIA TINHA RAZÃO!

A História da Europa no século XX mostrou-nos como o futuro foi construído muito a partir das lições do passado. Em cada momento de crise, muitos projectos foram arquitectados pelos pensadores, filósofos e historiadores, homens da cultura que não olham, apenas, para a conjuntura do presente que exige uma solução; essa é, sempre, a tarefa dos políticos cuja função é decidir e agir sobre a realidade em crise: para além do imediatismo, os outros, reflectem sobre os vários tempos históricos vividos, para apontar um sentido para o futuro dos tempos, são, afinal, os que nos bastidores da História servem de guias aos actores ou protagonistas principais.

Para resolver qualquer crise é preciso pensar. No caso concreto, que sugerimos como exemplo, a obra *Pensar a Europa*<sup>3</sup>, originalmente intitulada *Penser l'Europe*, escrita no final da década de oitenta, mas que mantém toda a pertinência e actualidade. Todos os tempos têm crises e vivem da superação de crises. Ontem, como hoje, diz o escritor:

*"A bomba encontra-se sobre ela, mas a Europa está tranquila; ela está no centro do perigo, mas encontra-se fora da história. A Europa está na periferia da idade de ferro planetária, mas não pode sair-se sozinha. À sua volta, o mundo encontra-se agónico. A palavra agonia significa luta angustiante, conflito interno. Todo o nascimento, como toda a morte é agónico. Encontramo-nos num mundo que não consegue nascer porque nos encontramos na agonia de um mundo que não consegue morrer. Não sabemos qual das duas será finalmente, a agonia da morte ou a agonia da nascença. Nós já não temos futuro visível".* (MORIN, *Pensar...*, p. 75).

Parecia que *Pensar a Europa* seria pensar o seu fim. Sem qualquer sentido apocalíptico, este fim é, afinal, o princípio de novos tempos, de um novo rumo na História. As(s) Crise(s) da Europa sempre mostraram o fim de um tempo e o (re)começo de outro: é esse o sentido da História. A Crise, muito para além, de significar a morte, proporciona o crescimento: todas as crises europeias se têm resolvido favoravelmente! Estas crises são o sinal de uma mudança, de que é necessário (re)encontrar o equilíbrio no momento de desequilíbrio vivido: é necessário olhar para os acontecimentos que geraram a crise e, muitas vezes, mudar de sentido, ou, radicalmente, inverter a marcha da história.

Sempre que a evolução da história vive ventos desfavoráveis, na economia, na sociedade, na vida dos homens, é tempo de (re)pensar a história, porque as novas circunstâncias não permitiram a sua evolução normal. Muito para além de uma anormalidade, as crises são momentos de evolução e sobretudo desafios para os tempos de crise: saber encontrar ou inventar uma solução que permita ir

---

<sup>3</sup> Edgar Morin, *Pensar a Europa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988.

para a frente, avançar, muito para além dos limites, ou melhor, situações – limite vividas.

Como observa, Pedro Álvares:

*“Uma crise é o primeiro sintoma de uma mudança, o sinal de que os equilíbrios automáticos que permitiam uma evolução normal da economia e da sociedade deixaram de ter lugar. É também um desafio: o de conseguirmos encontrar os meios de intervenção que permitam corrigir os desvios sem destruir os fundamentos. Para perspetivar o futuro é, assim, necessário saber analisar o passado distinguindo aquilo que apenas traduz uma evolução normal e exige a nossa adaptação a situações novas, daquilo que é elemento perturbador que é preciso eliminar”.* (ÁLVARES, p. 72).

Como vimos, muitos projectos europeus foram apresentados para resolver os problemas resultantes dos conflitos mundiais do século XX. Na sua origem esteve sempre a ideia da necessidade de salvaguardar a paz na Europa, para além da consequente prosperidade, e da defesa dos valores da liberdade e da democracia. Foi sempre para dar resposta a crises, que surgiram projectos e realizações concretas. No entanto, nunca na história da vida das sociedades, instituições e indivíduos têm uma solução definitiva. O tempo exige a invenção de novas ideias para circunstâncias concretas que alteram o rumo da humanidade.

Cada acontecimento é um desafio que exige uma posição concreta. Apesar das diferenças, ao longo de mais de meio século de existência a Europa parece não ter esquecido as lições do passado recente. As consequências trágicas das crises do século lembram sempre os erros dos nacionalismos exacerbados e a necessidade de união europeia. Os erros cometidos a seguir ao primeiro conflito, porventura o excesso de crença na possibilidade da criação de um “projecto federal europeu”, levaram a um bem mais comedido europeísmo a seguir ao segundo conflito, mas com efectiva possibilidade de realização. A este propósito, nunca é demais recordar a figura de Jean Monnet. O seu espírito visionário não serviu, apenas, para inspirar a política de Robert Schuman. A sua visão sobre o futuro da Europa mantém, ainda, toda a actualidade. A sua ideia sobre uma “comunidade de destino” é provocadora e faz pensar o século XXI. O passado mostrara que a destruição do outro era a sua própria destruição, que a falta de unidade europeia punha em perigo a velha Europa, quase moribunda. Era preciso unir esforços, mobilizar vontades a partir de interesses comuns, sempre pela paz, liberdade e democracia.

O futuro apontado por Jean Monnet foi apoiado por outros que também figurariam como “pais da Europa”: Robert Schuman, Konrad Adenauer, Paul-Henri Spaak ou Alcide de Gasperi. Um futuro que foi sendo construído, às vezes depressa demais, outras vezes feito de avanços e de recuos. No entanto, evitando sempre conflitos europeus como os dois vividos à escala mundial, e cujas consequências estão bem presentes na memória europeia. Um futuro sempre condicionado por mudanças históricas na hegemonia europeia. Mas as linhas essenciais estavam esboçadas e o presente mostra que tinham razão.

Na actualidade, a Europa continua a viver de crises, que, alguns, sentem como uma encruzilhada, e, os mais optimistas, como uma oportunidade de aprofundar o projecto europeu. Após o Projecto de Constituição, o Tratado de Lisboa foi a solução encontrada para conciliar posições mais ou menos europeístas. No entanto, a Europa foi sempre, e continua a ser, uma obra inacabada.

No século XXI, continuamos a falar de uma crise mundial, e sentimos a “noite de nevoeiro” de que fala Edgar Morin: “O mundo encontra-se na noite e no nevoeiro, os quais cobrem também a Europa. Já o dissemos: não sabemos se a meia Europa subjugada se libertará, se a meia Europa livre será subjugada, se a Europa será finalmente marginalizada, vassalizada, helvetizada, helenizada, atomizada” (MORIN, p. 168). Tudo é incerto, e todos os planos podem falhar. Mais uma vez, o sentimento de crise e a sensação do nada são salutares: “Antes de fazer planos e rataplães precisamos de inscrever a incerteza no nosso pensamento, ligar o risco e sorte no nosso espírito, fazer a aposta da Vida perante o Nada. A crise é, apesar de tudo, sinal de vida. Sempre na incerteza do futuro, mas na convicção de que “uma nova metamorfose da Europa começou”. (MORIN). Esta metamorfose da Europa é provocada pela crise que gera uma nova Europa. Nunca sabemos que Europa vai nascer, mas sabemos que está em curso uma mudança. A Europa tem vivido e sobrevivido a várias crises. Não será a crise o motor para a Construção Europeia?

## **A EUROPA DOS CIDADÃOS: O CAMINHO PARA UMA DEMOCRACIA**

Parece em teoria, que o acesso dos cidadãos à União Europeia está consagrado, desde logo pelo direito de participação nas Eleições Europeias, não fosse o descalabro da escassa participação eleitoral. Para vitalizar a Europa dos cidadãos, é preciso que eles se sintam europeus, porque, como dizia, inúmeras vezes, Jacques Delors, ninguém se apaixona por um mercado único. Este sentimento de pertença à Europa só pode ser gerado se o objectivo for uma cidadania inclusiva, ou seja, com uma dimensão psicológica, emocional e de opinião, expressão de que a Europa vem de dentro para fora, e não como algo imposto de fora para dentro. A sua participação na democracia europeia tem que ser de corpo e alma, e, para isso, é necessário forjar uma cidadania de bem-estar e onde a opinião dos europeus conta cada vez mais e, por isso, gera bem-estar físico, mas, também, psicológico.

A Europa reduzida a um mercado, a um banco, a uma moeda, a uma concorrência sem limites, não seduz os europeus nem ninguém. A Europa é muito mais do que isto: a Europa é bem-estar, uma vida boa, um modo de viver a vida quotidiana. É preciso acordar os europeus para a realidade vivida mas não consciente e que percebam que a Europa mudou de facto a sua vida para melhor, apesar de não terem consciência dessa realidade.

A cidadania europeia é supranacional, mas deverá ser exercida, como uma cidadania nacional, ou seja, como uma acção de indivíduos envolvidos nos destinos da sua nação, pessoas igualmente envolvidas, empenhadas e interessadas na sua pertença à União Europeia. Esta cidadania é o verdadeiro desafio da Europa actual e, também, o futuro para a Europa, porque representa o verdadeiro passo para uma verdadeira democracia europeia. Uma cidadania que tem uma substância diferente da nacional, porque aglutina uma identidade dentro da diversidade nacional. Trata-se de um alargamento da dimensão da cidadania – uma cidadania além fronteiras – porque a cidadania nacional ficaria esvaziata dentro de uma união de Estados, porque este alargamento de fronteiras conduz ao alargamento

da visão de cidadania, paralela ao espaço da Nação-Europa.

Esta cidadania, expressa no artigo 8.º do Tratado de Maastricht, vem na sequência da ideia expressa pelas grandes figuras europeias, da necessidade de fomentar uma identidade europeia. Esta identidade não punha em causa as identidades nacionais, como a cidadania europeia não aniquila as cidadanias nacionais. Estes novos conceitos emergem da necessidade de formar um todo face ao exterior, ou seja, de existir uma União Europeia face ao resto do mundo. A esse propósito, leia-se a Declaração de Copenhaga:

*«Desejosos de assegurar o respeito pelos valores de ordem jurídica, política e moral aos quais estão ligados, pretendendo preservar a rica variedade das suas culturas nacionais, partilhando uma mesma concepção da vida, fundada sobre a vontade de construir uma sociedade concebida e realizada ao serviço dos homens, eles (os nove Estados-membros), entendem salvaguardar os princípios da democracia representativa, do reino da lei, da justiça social – finalidade do progresso económico – e do respeito pelos direitos do Homem, que constituem os elementos fundamentais da identidade europeia»* (50 Anos de Europa, p. 88).

Esta cidadania seria acrescentada pela Comissão Europeia, em 1975, num documento intitulado *Towards European Citizenship*, e, no mesmo ano, o Relatório Tindemans afirmava a emergência de uma Europa dos Cidadãos. Foi no Congresso Europeu de Fointainebleau, de 1984, que foi preconizada a instauração de uma verdadeira cidadania europeia, estabelecendo normas para fortalecer e promover a identidade europeia, sendo adotadas as imagens e os símbolos da Europa. Foi aqui que nasceu a simbologia que nos identifica como europeus: o passaporte europeu, a adopção do hino e da bandeira, a formação de equipas desportivas europeias e a cunhagem de uma moeda ECU. A Cidadania Europeia tinha agora símbolos exteriores que identificavam um modo de ser que ficaria institucionalizado como Cidadania Europeia, pelo Tratado de Maastricht.

A cidadania europeia passaria a ser um objectivo da União, previsto por tratado, com direitos concretos e deveres virtuais. Se lermos o Tratado de Maastricht para conhecer o estabelecido para a cidadania, os artigos 17.º a 22.º do TUE dizem expressamente que é cidadão da União qualquer nacional de um Estado-membro, (n.º 1) e que os cidadãos da União, assim definidos, gozam dos direitos e sujeitam-se aos deveres que o tratado preveja (n.º 2). Também fica consignado que a cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui (art.º 17.º n.º 1). Nesta cidadania, complementada pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE, ficam incluídos os direitos de circular, os direitos políticos, o direito de petição e apresentar queixas ao provedor de Justiça.

A Europa dos Cidadãos estava determinada e ligada intrinsecamente à Europa sem fronteiras onde, muito para além de circularem livremente mercadorias, circulam também ideias, ou seja, cidadãos europeus que se entrecruzam livremente uns com os outros, rumo a uma democracia europeia.

Muito mais tarde, Tindemans exclamaria que «dreams be come true, but gradually», para dizer que tantos anos passados, em 1998, as suas propostas estavam (ainda) longe da realidade europeia. Ontem e hoje. Os sonhos serão realidade, mas gradualmente.

## «O PROBLEMA DA EUROPA... QUE É TAMBÉM NOSSO»

George Weigel numa brilhante expressão, conseguiu sintetizar a chave para resolver o enigma europeu. A democracia europeia inclui necessariamente uma cidadania europeia, porque não é possível falar de «cracia» sem falar de «demos» e o poder do povo só está, de facto, actualizado se os povos europeus o tomarem como seu e usarem como um direito, mas, também, um dever de cidadania europeia. Assim como não pode haver Democracia sem povo, o que seria uma impossibilidade e uma contradição, também não pode haver povo que não seja cidadão e povos europeus que não sejam os actores dessa cidadania europeia. Por isso, o problema da falta de uma cidadania europeia activa, é um problema da Europa e um problema de todos os europeus que assistem silenciosos a um projecto que é seu e, este silêncio é, a nosso ver, a causa principal da encruzilhada europeia ou de uma Europa à deriva.

Segundo George Weigel, ao apontar razões morais e culturais ao problema europeu, visiona o problema da Europa como um afastamento da sua essência, da sua cultura e da sua história, e ampliando este problema à escala americana: «A minha ideia é que, ao nível mais fundamental, é em termos morais e culturais que se deve entender esse problema europeu. E penso, também, que não se trata de um *problema* que atinja apenas os nossos amigos e aliados europeus: o *problema europeu* deles é, também, um *problema* nosso» (WEIGEL, p. 47). Sobre a Democracia, Weigel interroga-se porque a forma como a Europa encara a democracia e as responsabilidades das democracias na política mundial é muito diferente dos americanos. Robert Kagan chega mesmo ao limite de considerar que no que se refere às importantes questões estratégicas internacionais de hoje, os Americanos são de Marte e os Europeus são de Vénus. (WEIGEL, p. 47).

A visão diferente da Democracia na América e na Europa tem a ver com a história de cada um dos continentes: a devastação do seu continente por duas guerras mundiais, a divisão do continente durante a guerra fria, que, a ter-se transformado em guerra quente, teria provavelmente destruído a Europa, a maior experiência da Europa do que é a vulnerabilidade da Europa perante o terrorismo, todas estas contingências levaram, a uma percepção diferente sobre os valores da paz e da liberdade no século XXI.

Perante este quadro, a Europa reage mais pacificamente do que a América não sendo um «hard power» no mundo contemporâneo. O «soft power» dos europeus, por outro lado, é uma lição de civilização para o mundo em que vivemos porque a «power politics» foi substituída por um Estado de Direito que na integração europeia um meio para salvaguardar a paz. A Europa e a sua Democracia é, assim, um modelo de civilização para a América e para o Mundo. A Missão Civilizadora da Europa continua no século XXI, a concretização da «Paz Perpétua» de Kant.

A Europa, vista da América, tem esta paixão civilizadora e como fim a realização de uma Europa pós-Guerra Fria, universalmente. Vista de fora, a Europa só pode ter este destino pacificador se dentro dela existir a paz entre os Estados e a União entre os Cidadãos, ou seja, os Franceses têm de poder confiar nos Alemães e os Alemães têm de confiarem si mesmos. De fora do continente europeu, é mais fácil perceber as razões das actuais crises da Europa, e, porque a integração da Europa, destinada a criar uma superpotência europeia e a caminhar para uma política externa e de defesa europeia, tem

vivido tantos bloqueios.

A Europa não consegue tornar-se um «hard power», por várias razões: a rejeição da política do poder pela Europa e a desvalorização da força militar como um instrumento das relações internacionais; a falta da sua definição como sistema político e numa democracia europeia; a impossibilidade de regresso à ordem Kantiana que floresceu graças à protecção do poder americano exercido em conformidade com as regras da velha ordem hobbesiana. Os Europeus acreditaram que o poder já não tinha importância, e o poder militar dos Estados Unidos que servira para resolver o problema europeu, é pensado pelos Europeus como um poder ultrapassado e perigoso.

Eis-nos chegado a um paradoxo: os Estados Unidos vivem a história que permite à Europa emergir na pós-história. Os Europeus precisam de fazer um balanço de uma história de colonialismo, fascismo e todos os acontecimentos que marcaram a História do século XX. O problema da Europa é que caminha no sentido da despolitização e do enfraquecimento da sua democracia. Eis as questões de George Weigel à Europa:

*«Porque é que a Europa está a caminho daquilo que o filósofo e político francês Pierre Manent denomina «despolitização»? Porque é que, tal como diz Manent, a Europa se entorpece com humanitarismo para esquecer que cada vez existe menos politicamente? (...) Porque é que muitos dos dirigentes europeus insistiram em que a nova Constituição europeia incluisse um acto deliberado de amnésia histórica destinado a varrer da memória política do continente um milénio e meio de contributos do Cristianismo para a compreensão dos direitos humanos e da democracia?» (WEIGEL, p. 50).*

Estas são algumas interrogações à Europa, para além da questão do despovoamento de facto e do suicídio demográfico. De facto nenhum país da Europa Ocidental tem uma taxa de natalidade que permita repor a sua população. A Europa está velha e enfraquecida: «O que se estará a passar quando um continente inteiro, que é hoje rico e mais saudável que nunca, se recusa a criar um futuro humano no sentido mais elementar, criando uma nova geração? Porque é que estes Europeus não admitem que estes dados demográficos – sem paralelo na história da humanidade na ausência de guerras, epidemias ou catástrofes naturais – são a realidade que define o seu século XXI?» (WEIGEL, p. 50).

As respostas a estas e tantas outras interpelações sobre a história da Europa do século XX, é a convicção de que as correntes mais profundas da história são espirituais e culturais, e, aqui reside a causa de todos os problemas da Europa. A História é impulsionada pela cultura – por aquilo que os homens e mulheres pensam, respeitam, estimam e veneram; pelas suas expressões artísticas; por aquilo que consideram verdadeiro e bom; pelas expressões de tudo isso na língua, na literatura e na arte; em suma, por aquilo que as sociedades estão dispostas a dar a vida. Todos os problemas da Europa são a expressão de uma crise profunda de valores espirituais da Europa e da crise dos próprios europeus que vivem sem esse farol a iluminar a democracia europeia. A Europa está moribunda e precisa que os europeus lhe devolvam o espírito e herança histórica, lhe devolvam a alma europeia que sirva de baluarte para uma nova democracia na Europa, que seja espelho da vitalidade e vontade dos cidadãos europeus. É preciso que a cidadania europeia seja uma realidade na recuperação dos valores da civilização e da cultura europeias e na arquitectura de uma democracia participativa. Eis a



resposta para o problema da Democracia Europeia.

## OS DILEMAS DA DEMOCRACIA NA EUROPA: POR UMA UNIÃO EUROPEIA DOS CIDADÃOS

A União Europeia está a viver tempos difíceis e o seu futuro depende da forma como conseguir ultrapassar as crises do presente. A crise social é, de longe, a mais preocupante porque não se resolve por critérios de convergência económicos, mas, antes, pela adesão dos cidadãos ao projecto europeu. Como dizia Louise Weiss, uma Europa sem os Europeus não tem o menor sentido, percebendo que esta unidade não podia fundamentar-se em interesses económicos, mas, em valores lapidares que fazem parte de uma consciência europeia. Numa entrevista de Paul Collowald a Louise Weiss, compreendemos a Europa que esta mulher idealiza:

*“Si les Européens prenaient conscience de ce fonds commun de culture qui existe depuis le Moyen Age, (...) je crois que cette prise de conscience faciliterait la solution des questions purement matérielles; parce que l'on parlerait entre gens qui ont le même but fondement et pour lesquels les questions économiques s'inscrivent en leur temps dans un cercle restreint et qui doivent chacune recevoir une solution, mais inspirée de cette culture et aidée par elle. En somme, l'idéal serait, (...) que chaque Européen se disse: je suis Européen et Italien; je suis Européen et Anglais, que la spécificité qui forme la richesse de notre civilisation reste comme l'apanage des patries, et que ces patries se sentent indissolublement liées par une manière de penser et de sentir qui aboutit en fin de compte, et en trois mots, à la defense des droits de l'Homme” (WEISS, 1979).*

Esta realidade foi vivida e sentida com muita intensidade por Louise Weiss. Foi a partir dela que pensa esta realidade europeia para arquitectar os *Combats pour l'Europe*, ou seja, as vias necessárias para edificar uma nova Europa. Ela tinha presenciado os grandes acontecimentos do século para aprender a lição, também interiorizada por outro vulto da época, Hans-Georg Gadamer, quando reflecte a *Herança e Futuro da Europa*:

*“Com os meus oitenta e cinco anos, sou um dos filhos mais velhos do século, de cuja inspecção trata esta série de conferências. Vivi esta época tempestuosa desde os meus anos de infância até hoje e, por isso, posso ser considerado uma testemunha, não com a pretensão de falar dos acontecimentos políticos e sociais como especialista, mas como uma testemunha que recorda tudo o que aconteceu com o objectivo de averiguar qual a relação que a filosofia – ou seja, o campo sobre o qual tenho algo a dizer – tem com a situação de todos nós, com os nossos temores, as nossas esperanças e as nossas expectativas” (GADAMER, p. 7).*

Estas palavras foram vividas e sentidas, também, por Louise Weiss. Foi este o seu tempo. Ela foi uma “testemunha” de um tempo tumultuoso. Contra todas as tempestades, ela assume esses “combates

pela Europa". Para nós, os leitores, a grande lição é ficar com a consciência de que todas as teorias precisam de uma sustentabilidade social e política. Não ter a ilusão da possibilidade de inventar um futuro para a Europa, sem ter consciência dessa realidade europeia. Não desligar o pensamento da prática vivida. Enfim, não criar uma torre de marfim ou, como diz Gadamer, "o mito da torre de marfim onde vivem os teóricos é uma fantasia irreal. Todos nos encontramos no meio da estrutura social" (GADAMER, p. 8).

Tanto Hans-George Gadamer como Louise Weiss, sobreviveram a duas guerras mundiais e sofreram as suas consequências. Não admira, portanto, que não caiam na tentação da torre de marfim. Os combates de Louise têm origem em acontecimentos vividos e gravados na memória. Como se interrogava Hofmannstahl: *"De que serve ter visto muitas coisas?"*. Ou, como confia Gadamer: "Assim, ficou gravado na minha memória o momento em que rebentou a guerra de 1914, quando exclamei com a primeira leviandade de um rapaz curioso: *"Que bom!"*, e o meu pai respondeu com a testa franzida: *"Não sabes o que dizes"*. Relembremos que a Europa comunitária foi criada primeiro que tudo para salvaguardar a paz e a paz entre as nações exige uma paz no espírito dos seus povos. Lembremos que o preâmbulo da ONU refere que é no espírito dos homens que nascem as guerras e será no espírito dos homens que terão de erguer-se os baluartes da paz.

Os tempos são de grandes tumultos sociais e os populismos e os nacionalismos emergentes, mostram a necessidade de reinventar a paz. Não se trata de unir culturas, mas de aceitar as diferenças como sinal de vitalidade da união e de riqueza para todos. A diversidade enriquece o todo se a aceitação da diferença for um dos valores europeus e o cosmopolitismo europeu integrar essa multiculturalidade. Os Direitos Humanos têm de ser a prioridade da União, no respeito pela dignidade do Homem e na solidariedade entre todos.

A Europa actual enfrenta imensos desafios: a crise económica, a emigração, a questão dos refugiados, o choque de culturas, os nacionalismos, desafios-problemas, que podem ser precisamente a chave para o renascer do projecto europeu, agora aprofundado de acordo com as ideias que estiveram na sua génese de uma verdadeira união entre os povos. O objectivo de preservar a paz é a melhor prova de sucesso, garantida ao longo de sessenta anos. Mais razões não existissem, só por isso, valeu a pena a União por ser tão bem sucedida nessa meta. É este o grande estímulo para enfrentar as grandes crises da actualidade, e o caminho a seguir poderá ser uma Democracia Transnacional que consiga ultrapassar estes problemas e desafios.

É preciso comunicar isto aos europeus porque o maior dos problemas, é a falta de comunicação entre a Europa e os Europeus. É preciso falar da História e da Cultura Europeia, É preciso falar das raízes greco-romanas e cristãs da civilização europeia. A União Europeia é muito mais do que uma integração económica ou um sistema político híbrido. A Europa mudou as relações entre Estados e povos que enfrentaram e morreram em guerras do século XX. O Sonho europeu é de manter a paz e de gerar vida, desejando que as futuras gerações possam viver em paz. Cabe a cada um dos europeus alimentar o sonho e contribuir para um projecto de sucesso para a paz. A Europa dos «pequenos passos» está na hora de dar o passo de serem os Europeus a construir a Europa Socia. Finalmente, é preciso falar dos ideais dos visionários da Europa, das razões para criarem uma Europa Unida e do sonho dos pais fundadores. Nesse dia, os europeus acordarão para a Europa e vão querer ser europeus de corpo e espírito.

## REFLEXÕES FINAIS: A NOSSA EUROPA – QUE PODEMOS FAZER?

A Europa tem a possibilidade de mostrar ao mundo a sua história, a sua cultura, a sua filosofia, ou seja, o seu património material e imaterial. A Europa tem de se unir para não ficar calada nem dividida perante os problemas do mundo contemporâneo. Diz Saramago:

*“Uma Europa de culturas plurais, uma Europa descentrada, uma Europa de diferenças estaria obrigada, por essa nova natureza sua, a fazer observar uma relação de paridade operacional entre as diversas culturas que a compõem, todas elas, sem excepção. Teria de respeitar o espaço próprio de cada uma como parceira de pleno e inteiro direito, sem sujeição a outras que, também por razões de ordem política e estratégia geral, se têm comportado como «imperializantes» por uma espécie de «direito divino», recolhendo daí todos os benefícios, sem esquecer as vantagens grosseiramente materiais que qualquer tipo de hegemonia costuma facilitar. Uma Europa, assim, termo de um binómio complexo em que o outro termo fosse o Universal, nunca seria uma Europa culturalmente colonizada nem dominada por um ou dois dos seus países. Essa Europa, enfim rejuvenescida, seria a da pluralidade de culturas, a desejada Europa sem centro, uma Europa não de clientes, mas de cidadãos, ou, mais simplesmente, uma Europa de pessoas. Sem excepções que matam nem hegemonias que assassinam – o que pressuporia, provavelmente, a necessidade de um entendimento também novo da Democracia”.*

Conscientes de que a Europa se encontra hoje numa encruzilhada, não se vislumbrando a luz no meio de tantas trevas, parece que a Europa está “ferida de morte” ou de que o futuro é incerto e sombrio. Parece incapaz de reencontrar o caminho que trilhou durante sessenta anos, e, são a prova de maturidade e de conseguir continuar a caminhar. As crises são uma evidência e oportunidades de crescimento, ultrapassando as “inquietações” e o “desassossego” de que fala Jurgen Habermas, aos 82 anos, propondo uma nova via europeia que substitua os actuais tratados através da criação de uma comunidade cosmopolita e de uma arquitectura institucional no plano mundial.

A Europa não se esgota nem se limita nas suas fronteiras. A resposta à crise europeia é a resposta ao mundo, cabendo à União um papel primordial neste cosmopolitismo. A Europa acorda e volta a ser a pioneira da História e o baluarte dos valores fundamentais para todos os povos. A Europa ao arrumar-se enquanto “casa comum europeia”, abre-se ao mundo através dos alicerces para a comunidade mundial. Será este o renovar da “utopia” de Kant na *Paz Perpétua*? Um Estado de povos que englobasse todos os povos da terra. É esta a solução retomada por Junguen Habermas: uma União Europeia que se transcende a si própria e se torna missão para os outros na construção de uma nova comunidade mundial. Para ambos os filósofos, a Europa reencontra-se, saindo para fora de si mesma, envolvendo os europeus nos objectivos primordiais da sua existência e centrando-os na construção europeia.

Habermas propõe à União Europeia ser o caminho pioneiro para a uma sociedade mundial constituída politicamente. O rumo a seguir passa pela defesa de uma “federação desestatizada” que se

apoia na participação dos Povos e dos cidadãos da Europa e que substitua o “federalismo executivo pós-democrático” pelos Estados e seus governantes. Em segundo lugar que as competências transferidas pelos Estados nacionais para a dimensão supranacional, resultem do envolvimento directo dos cidadãos. Os povos e os cidadãos são sujeitos activos no novo poder constituinte e, como tal, aceitarão esses direitos estabelecidos de forma democrática. Está subjacente uma ideia de “transnacionalização da democracia” ou de “democracia transnacional” que ponha termo à fragilidade da Democracia na Europa. E nesta democracia, os cidadãos são chamados a uma intervenção democrática e a assumirem o presente e o futuro da construção europeia. Os cidadãos deixaram de ser espectadores do projecto europeu ou de retaliadores, porque passarão a ser os actores e os autores do projecto europeu.

Se tivéssemos que resumir numa frase, o essencial deste artigo, o caminho seria seguir a magistral afirmação de Bronislaw Geremek: “Après avoir fait l'Europe, nous devons maintenant faire des Européens senon nous riquons de la perdre” (GEREMEK, p. 101). É o próximo caminho a percorrer no sentido do aprofundamento do projecto europeu, depois de um caminho de alargamento, é preciso mais Europa, no sentido de continuar o primeiro projecto anunciado por Jean Monnet de “fazer a Europa” e concretizado por meio de “pequenos passos” institucionais. Decorrido mais de meio século, urge iniciar um segundo projecto de “fazer os europeus”, porque a Europa não pode continuar sem o envolvimento dos europeus. Um futuro para a Europa será possível se forem eles os principais actores desta história de sucesso, mas, que precisa de ser reinventada. Termino, prestando homenagem ao meu mestre e europeu, Francisco Lucas Pires que não se cansou de afirmar que somos todos “aprendizes de cidadão da Europa sem muro”.

## BIBLIOGRAFIA

- 50 Anos de Europa (1997), *Os grandes textos da Construção Europeia*, Lisboa, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.
- ÁLVARES, Pedro (2009), *O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa*, Lisboa, Comissão Europeia.
- CAMPOS, João Mota de (1989), *Direito Comunitário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Comissão Europeia, *Towards European Citizenship* (9 de Junho de 2017). <http://ec.europa.eu/justice/citizen/>
- GADAMER, Hans-Georg (2009), *Herança e Futuro da Europa*, Lisboa, Edições 70.
- Geremek, Bronislaw (Dir.) (2007), *Visions d'Europe*, Paris, Odile Jacob, ISBN-13: 978-2738120113
- HABERMAS, Jurgen (2011), “A União Europeia perante a decisão entre a democracia transnacional e o federalismo executivo pós-democrático”, in *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*, (2011) Lisboa, Edições 70, ISBN 9789724417004.
- HABERMAS, Jürgen (2012), *Um ensaio sobre a Constituição Europeia*, Lisboa, Edições 70.
- HENRIQUES, Miguel Gorjão (2010), *Direito da União. História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência*, Coimbra, Almedina, ISBN 9789724055541.
- MARTINS, Ana Maria Guerra (2011), “Os fundamentos axiológicos da União Europeia após o Tratado de Lisboa. Um estudo sobre o artigo 2º do TUE”, in *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais*, Nuno Piçarra (coord.), Coimbra, Almedina, ISBN: 9789724046297.
- MARTINS, Ana Maria Guerra (2014), *Curso de Direito Constitucional da União Europeia*, Coimbra, Almedina, ISBN 9789724023533.

- MORIN, Edgar (2007), *Cultura e Barbárie Europeias*, Lisboa, Piaget Editora.
- MOURY, Catherine (2016), *A democracia na Europa*, Lisboa, Fundação Manuel dos Santos, ISBN978-989-8838-49-0
- RAFAEL, Ramia Muneratti (2014), *A Democracia na União Europeia. O Parlamento Europeu e a redução do deficit democrático*, Brasília, UNICEUB, ISBN978-85-61990-34-3.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) (2002), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto Editora, ISBN: 972-8717-53-9.
- SARAMAGO, José (2011), *Que Europa queremos?* Conferência proferida em 1999. Publicada pela Fundação Saramago. Disponível em <http://cuaderno.josesaramago.org/152433.html>. Acesso em 25 de Janeiro de 2018.
- WEIGEL, George (2004), "O problema da Europa...que é também nosso", in *Revista Nova Cidadania n.º 40*, Lisboa , Principia Editora.
- WEISS, Louise (1984), *Mémoires d'une Européenne. Un Combat pour l'Europe*, Lausanne, Fondation Jean Monnet Pour l'Europe. Centre de Recherches Européennes.